



Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

TÍTULO DO TRABALHO			
O Chamado Terceiro Setor Invade a Escola Pública: um retrocesso na formação humana			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Roberto Alves Simões	Instituto de Educação Física (UFF)	UFF	Pesquisador
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>Este trabalho fará uma análise da atual política nacional de educação e seus impactos no interior da escola pública. Nosso principal objetivo será apontar o estágio da dominação capitalista na sua atual fase monopolista, demonstrando sua expressão no processo de privatização das instituições públicas como um todo e, particularmente, da escola. Este fenômeno tem-se apresentado na forma da abertura das escolas ao capital, institucionalizada pelo PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação), legitimando a participação das fundações, institutos, ONGs, OS, OSCIPs etc., no processo de ensino e aprendizagem e na gestão da escola. O atual modelo de gestão escolar está vinculado à nova organização da sociedade que, por consequência, impõe uma nova forma de racionalização produtiva. A ampliação da participação do chamado terceiro setor na reforma do Estado e, por conseguinte, no interior da escola pública, atende às demandas da crise estrutural do capital, iniciada no final dos anos de 1960, potencializada pela crise do preço do petróleo, em 1973, e aprofundada com a ampliação do poder do sistema financeiro. O Estado será analisado aqui, sob o ponto de vista da dialética materialista, em seu complexo político, econômico e ideológico. As organizações do chamado terceiro setor serão tomadas como elementos essenciais da constituição do modelo de dominação contemporâneo, onde demonstraremos a adequação destas ao mercado capitalista e às políticas de aparente redução do Estado.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Estado; Políticas públicas; ONGs, Institutos e Fundações			
ABSTRACT			
<p>The Third Sector Invade The Public Schools: a kick in training human</p> <p>This paper will review the current national education policy and its impact within the public school. Our main goal is to point the stage of capitalist domination in its current monopoly stage, demonstrating its expression in the process of privatization of public institutions as a whole and particularly the school. This phenomenon has been presented as the opening of schools in the capital, institutionalized by the EDP (Education Development Plan), legitimizing the participation of foundations, institutes, NGOs, OS, etc. OSCIPs. In the process of teaching and learning and school management. The current model of school management is linked to the new organization of society, therefore, imposes a new way of streamlining production. The expanding role of the third sector in the reform of the state and therefore within the public school meets the demands of capital's structural crisis, which began in the late 1960's, fueled by the oil price crisis in 1973 and deepened with the increase in the power of the financial system. The state will be discussed here, from the point of view of dialectical materialism, in its complex political, economic and ideological. The third sector organizations will be taken as essential elements of the constitution of the contemporary model of domination, which demonstrate the suitability of these market capitalist policies and apparent reduction of the state.</p>			
KEYWORDS			
The state; Public policies; NGOs, institutes and foundations			

INTRODUÇÃO

Este texto procura analisar o chamado terceiro setor¹ e sua utilização pelas políticas públicas, que abrem as portas das instituições sociais, especialmente das escolas públicas, ao capital.

É certo que, para muito além do presente trabalho, serão necessários estudos mais aprofundados que nos levem à compreensão da gênese constitutiva das organizações não-governamentais (ONGs), fundações, institutos e assemelhados. Ademais, precisamos entender melhor qual o papel desses organismos no processo histórico de dominação de classes e de composição da ideologia burguesa que sustenta o capitalismo contemporâneo.

Os estudos de Ângela Siqueira (2004) mostram que “muitas ONGs seguem as orientações ideológicas do Banco Mundial” e que os documentos produzidos por esse organismo internacional “demonstram claramente o caráter privado e assistencialista no qual deve se fundar o estado”. Siqueira, analisando a intervenção dos organismos internacionais nas políticas públicas de educação afirma que a “eficiência gerencial do setor público, na abertura dos serviços educacionais ao mercado global e na transferência de recursos públicos para o setor privado como forma de atender a baixo custo a população mais pobre”, caminha na linha mais recente de concepção da sociedade do século XXI pelo capital: “alívio da pobreza no mundo”, “coesão social” e “sociedade do conhecimento” (Ibid.).

Os recentes escândalos envolvendo ONGs tanto no Ministério dos Esportes quanto no Ministério do Trabalho revelaram como se processam as relações entre o Estado e estes organismos privados no campo das políticas públicas. Especialmente as "parcerias" entre o Estado e estas organizações que, não por acaso, se enquadram em legislação própria das chamadas entidades sem fins lucrativos para se legitimarem a receber os vultosos recursos públicos, legalmente transferidos ao setor privado, sob os “olhares” permissivos da “sociedade”, como diriam os pós-modernos. Os capitalistas criaram leis para garantir a legalidade destas operações, entre elas a criação das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), através da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999 (BRASIL, 1999) e das organizações sociais, estabelecidas pela Lei 9.637, de 15 de maio de 1998 (BRASIL, 1998).

¹ “Surge o conceito cunhado, nos EUA, em 1978, por John Rockefeller III. Ao Brasil chega por intermédio de um funcionário da Fundação Roberto Marinho...”. Assim o termo é construído a partir de um recorte do social em esferas: o Estado (‘primeiro setor’), o mercado (‘segundo setor’) e a sociedade civil (‘terceiro setor’) (MONTAÑO, 2005. p. 53). Discordamos desta divisão dicotômica do termo, fundamentada na visão liberal, positivista, portanto, da sociedade capitalista. A concepção dialética materialista da formação social capitalista refuta a setorização mecânica da sociedade burguesa frente às relações de produção e de exploração da força de trabalho, que nutrem o Estado capitalista da violência necessária para o combate na luta de classes, se utilizando, para isso, da chamada sociedade civil.

A chamada “sociedade civil”² sempre ocupou o espaço político não-estatal na esfera do estado, desde 1935, com a aprovação da Lei nº 091/35 (BARRETO, 2005). A aliança entre o Estado getulista e a Igreja Católica favoreceu os setores assistencialistas a ela ligadas, e mais tarde, a outras religiões, como a espírita e a evangélica, além de organizações sem vínculo religioso. Importante apontar, aqui, as práticas clientelistas e corporativas marcadas já naquela época, e que conduziam à “transferência de fundos públicos para mãos privadas” (HADDAD, 2002).

Poucos são os autores que possuem uma visão crítica sobre as ONGs. A maioria se soma ao fortalecimento do senso comum no qual esses organismos, supostamente, têm a prerrogativa de combater uma determinada miserabilidade que, naturalizada pela concepção idealista de homem, deixa de ser consequência das políticas capitalistas. Tal pensamento idealista conduz a uma compreensão geral – excetuando-se os oportunistas e carreiristas chamados de empreendedores sociais – de que as ONGs possam vir a preencher uma lacuna deixada pelo Estado. Jamais assumindo as reais causas sistêmicas do modo de produção capitalista, o senso comum idealista particulariza o problema, transferindo para o pessoal a responsabilidade pelas ações políticas ou, no máximo, depositando tal responsabilidade em grupos de indivíduos, chamando a isso de “*crise de governança*”. Esta crítica na verdade esconde o *modus operandi* do sistema capitalista, ignorando que esse vácuo é produzido deliberadamente pela contenção dos investimentos públicos para a elevação do superávit primário e, conseqüentemente, para a elevação das taxas de lucro do capital.

Atualmente, as análises e pesquisas científicas sobre este segmento da sociedade capitalista são bastante reduzidas nos países do sul, principalmente na América Latina. A observação mais detalhada na bibliografia das publicações internacionais sobre este segmento da sociedade capitalista identificará uma hegemonia dos países do norte, principalmente das produções anglo-saxônicas³. Esta restrição diminui a capacidade de crítica sobre as ONGs nas sociedades latino-americanas e limita a possibilidade de investigação sobre as práticas dessas organizações

² Ao mencionarmos este termo, devemos, primeiramente, lembrar que “sociedade civil” não é uma categoria marxista, sendo analisada por Antônio Gramsci (1891-1937) como uma visão ampliada – o Estado Ampliado, que consiste na junção de duas sociedades: a sociedade política – que corresponde ao governo, e a chamada sociedade civil – que corresponde aos aparelhos privados de hegemonia – que são núcleos que compõem a sociedade burguesa para a manutenção do poder e controle da classe dominante propagando o “consenso de classes” (COUTINHO, 2003). Ellen Wood apresenta uma definição mais apropriada aos novos tempos de organização da produção: “Sociedade civil constitui não somente uma relação inteiramente nova entre o público e o privado, mas um reino inteiramente novo (...). Ela gera uma nova divisão do trabalho entre a esfera pública do estado e a esfera privada da propriedade capitalista e do imperativo do mercado, em que a apropriação, exploração e dominação se desligam da autoridade pública e da responsabilidade social – enquanto esses novos poderes privados dependem da sustentação do estado por meio de um poder de imposição mais concentrado do que qualquer outro que tenha existido anteriormente” (WOOD, 2003, p. 217-218).

³ Os principais centros de estudos acadêmicos que se destacam são o “Centro e Estudos de Sociedade Civil e ONGs da London School of Economics, o Instituto de Estudos e Política da Universidade John Hopkins, o Programa de Organizações sem Fins Lucrativos da Universidade de Yale, o Centro Hauser para Organizações sem Fins Lucrativos da Universidade de Havard, o Instituto de Estudos do Desenvolvimento (IDR) de Boston e o Programa da Fundação Ford com o Institute of Development Studies de Sussex sobre Governabilidade e Movimentos Cidadãos” (HADDAD, 2002).

(TAFFAREL, 2003). Haddad (2002, op. cit.) concorda que os estudos nas universidades brasileiras sobre as ONGs, nos anos finais da década de 1980 e início dos anos 1990, resumiram-se aos esforços de alguns poucos estudiosos, ainda assim, no interior de uma ou de outra ONG. Já no decorrer dos anos 1990, muitos dirigentes de ONGs eram valorizados por sua formação universitária, e foi com base na inserção desses quadros na academia que houve uma rápida multiplicação dos trabalhos acadêmicos, teses e dissertações sobre ONGs.

Dados levantados pelo próprio segmento, em parceria com o Estado, indicam a necessidade dessa investigação. São dois os estudos oficiais que levantam estes dados no Brasil, ambos com forte participação do setor privado, mais especificamente do chamado terceiro setor, a saber:

(1) Mapeamento das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil – FASFIL (2005)⁴: esse estudo foi realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em associação com as entidades privadas Associação Brasileira das Organizações Não Governamentais (ABONG) e Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE); e

(2) Mapa do Terceiro Setor, realizado pelo Centro de Estudos do Terceiro Setor – CETS – da Fundação Getúlio Vargas (FGV), com o apoio de outras organizações.

Por um lado, podemos observar, no primeiro caso, elementos contraditórios quanto aos responsáveis pelo processo de coleta, seleção, análise e divulgação dos dados da pesquisa. O GIFE, fundado em 1995 com 25 afiliados, tem hoje, 16 anos depois, 123 pessoas jurídicas associadas “de origem privada ou instituídos que praticam investimento social privado”. Sua rede de associados inclui nomes dos setores públicos e privados, como TV Globo, Fundação Ford, Fundação Bradesco, Carrefour, Fundação Banco do Brasil e Petrobrás. Algumas destas pessoas jurídicas têm em seus conselhos diretores nomes de políticos influentes nos executivos de estados e municípios, como fora Paulo Renato Souza, ex-Ministro de Educação no governo de Fernando Henrique Cardoso e ex-Secretário de Educação de São Paulo, membro do conselho gestor da Fundação Lemann até próximo do seu recente falecimento⁵.

O código de ética do GIFE foi o primeiro documento aprovado após a sua fundação, acendendo um alerta para “as práticas de investimento social [que] são de natureza distinta e não devem ser confundidas nem usadas como ferramentas de comercialização de bens tangíveis e intangíveis (fins lucrativos)”. Porém, num parágrafo adiante, seu código de ética flexibiliza este compromisso, justificando que o seu associado possa agregar valor à sua imagem como resultado

⁴ Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/fasfil/2005/>>. Acesso em 14/09/2011.

⁵ Disponível em <http://www.fundacaolemann.org.br/modelos/conteudo_artigo.aspx?codConteudo=164&codTipoConteudo=noticia#quem>. Acesso em 3/05/2010.

“de um investimento social exitoso”⁶. Entenda-se por investimentos sociais exitosos o R\$ 1,3 bilhão aplicados, em 2009, em projetos variados nas áreas da educação, cultura, artes, geração de trabalho e renda, desenvolvimento comunitário, saúde, apoio à gestão de organização do chamado terceiro setor, meio ambiente, assistência social, defesa de direitos, comunicações e esportes. O GIFE demonstra “preocupação na construção de uma sociedade sustentável” e afirma que seus investimentos em projetos sociais “são desenvolvidos majoritariamente com recursos próprios” e que suas receitas “derivam, principalmente, de fundos patrimoniais e recursos das empresas mantenedoras, sendo muito reduzidos os recursos provenientes de doações nacionais e internacionais e outras formas de captação de recursos”⁷.

A ABONG, por sua vez, levanta a bandeira da seriedade e da defesa dos movimentos sociais. Em documento publicado no seu *site*, resguardando o princípio de regulação de transferências de recursos públicos para as ONGs, explicita seu ponto de vista, sem esconder a sua afeição pelo Estado mínimo, provedor apenas dos recursos públicos para a realização dos serviços essenciais, destacando a importância das ONGs para a democracia:

O acesso e uso de recursos por entidades sérias, compromissadas com o aprofundamento da democracia e a defesa de direitos humanos, devem se constituir em norte para elaboração de uma nova regulação, que se oriente:

- (i) Por princípios democráticos e de desenvolvimento sustentável, com clara definição sobre o papel do Estado e da sociedade civil;
- (ii) Por uma melhor compreensão sobre a natureza das organizações sem fins lucrativos e sua estrutural diferença das entidades privadas do mercado;
- (iii) Pelo sentido e significado do acesso aos recursos públicos e sentido da sua utilização;
- (iv) Pelo reconhecimento da importância e relevância do trabalho das ONGs para o fortalecimento da democracia e construção da cidadania em nosso país.⁸

Ambas as organizações estão realizando o projeto de composição desse importante estudo em parceria com institutos públicos, como o são o IBGE e o IPEA. Por outro lado, enquanto no primeiro caso podemos definir bem quais as representações dos setores públicos e privados, no segundo, encontramos apenas organizações do setor privado, representada pela FGV e demais participantes da elaboração do Mapa do Terceiro Setor.

A FGV é um bom exemplo de hibridismo no Estado capitalista. Criada no Estado Novo foi reconhecida como de utilidade pública pelo Governo Federal, em 23/10/78, pelo Decreto nº 82.474. De lá para cá, tem servido como quartel-general da classe burguesa e principal formadora de seus quadros dirigentes, através dos diversos programas e cursos de formação superior e de pós-

⁶ Disponível em <<http://site.gife.org.br/arquivos/geral/CodigoEtica/codigoetica.pdf>>. Acesso em 2/05/2010.

⁷ Disponível em <<http://www.gife.org.br/>>. Acesso em 20/09/2009.

⁸ Disponível em <<http://www.abong.org.br/>>. Acesso em 20/09/2009.

graduação, como a Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE), fundada em 1952; Instituto Brasileiro de Economia (IBRE), criado inicialmente com a denominação de Núcleo de Economia da FGV no ano de 1945, inaugurou os principais índices da economia brasileira, como o PIB, IGP-DI, IGP-M, IGP-10, e FGV-100, que balizam índices de preços no atacado (IPA) e comportamentos financeiros e econômicos; Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP), criada em 1954; Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE), criada em 1967, “pioneira na implantação de programas de mestrado e doutorado em economia no país, é reconhecida nacional e internacionalmente, como o melhor centro brasileiro de ensino superior avançado na área da economia”; Escola de Direito do Rio de Janeiro e de São Paulo, ambas criadas em 2002; Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea no Brasil (CPDOC), fundado em 1973; Escola de Economia de São Paulo (EESP), fundada em 2003; Instituto de Desenvolvimento Educacional (IDE), fundado em 2003; a Editora, criada em 1974 como evolução do Setor de Publicações, existente desde 1945; FGV Projetos, criada em 2006; e Centro de Economia Mundial (CEM), criado em 1990.

É no interior da FGV que são formuladas as políticas econômicas no Brasil e também, e principalmente, é de lá que saem os quadros da economia política burguesa. Seu ideário positivista: “Servir à Pátria, cada vez mais e melhor, e assim contribuir para tornar o Brasil fator influente na construção de um mundo seguro e tranqüilo para toda a Humanidade” (sic)⁹.

Como interpretar os dados levantados por estes setores? E o que fazer com eles? Expressamos aqui o nosso fascínio pelo resultado desses levantamentos. Em primeiro lugar, devido ao monumental crescimento dessas organizações no Brasil, não por acaso, depois da implementação da reforma administrativa.

Segundo Pereira (2006), há divergências entre os critérios que identificam e definem as entidades como pertencentes desse segmento.

Um bom exemplo é o fato dos sindicatos terem sido excluídos no FASFIL e incluídos no MAPA. Outro aspecto que merece ser ressaltado, é o fato de que ambos os estudos incluíram um grupo denominado religião, elucidando, entretanto, que nesse grupo foram incluídas apenas as organizações que têm como finalidade cultivar crenças religiosas; ficando certo, assim, que as instituições de origem religiosa que desenvolvem outras atividades e que têm personalidade jurídica própria, como, por exemplo, escolas, hospitais, creches etc., foram classificadas levando em conta as atividades que exercem (ibid.).

Assim, a principal metodologia utilizada é o “Manual sobre as Instituições Sem Fins Lucrativos no Sistema de Contas Nacionais, elaborado pela Divisão de Estatísticas da Organização

⁹ Disponível em <[http://www.fgv.br/fgvportal/fgv/PRESTACAO CONTAS x Sitio%20WWW.FGV.BR.pdf](http://www.fgv.br/fgvportal/fgv/PRESTACAO%20CONTAS_x_Sitio%20WWW.FGV.BR.pdf)>. Acesso em 2/05/2010.

das Nações Unidas (ONU) com a Universidade Johns Hopkins” (HERCULANO, 2004). A pesquisa do IBGE (BRASIL, 2004) conceitua e classifica estas entidades privadas, distribuindo-as por região em relação à população total. O IBGE atualizou seus levantamentos em 2008 e concluiu que houve um aumento de 215% na quantidade de Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos (FASFIL), de 1996 a 2005. Em 1970 eram 10.998 e, de 1991 até 2002, foram criadas 170.069 entidades.

Estes dados nos servem para avaliar o quanto estas entidades privadas crescem no Brasil, desde a implementação da reforma administrativa. São 338.162 em 2005, assim distribuídas pelo território nacional: 23% na Região Sul, 6% no Centro-Oeste, 5% no Norte, 24%, no Nordeste e 42% encontram-se na Região Sudeste. Quanto à sua classificação, 6% delas exercem atividades na educação, 2% na habitação, saúde e meio ambiente, 25% na religião, 18% desenvolvimento e defesa de direitos, 12% na assistência social, 14% na cultura, 17% são associações patronais e profissionais e 6% exercem suas atividades em outros setores (Ibid., p. 23-24).

O relatório do IBGE ressalta ainda, que “o universo das FASFIL é composto por instituições relativamente novas, já que em grande parte foram criadas na década de 1990”. É fascinante saber, através deste documento, que 77% do universo destas entidades privadas não têm nenhum trabalhador formalmente empregado, apesar deste universo absorver “1,5 milhão de assalariados”. E também observar que o documento apenas supõe “que parcela significativa dos serviços prestados por estas organizações é realizada por meio de trabalho não-remunerado ou informal”, ou seja, trabalho voluntário (Ibid., p. 25, 26 e 33).

Este é um documento de muita valia para uma análise crítica mais aprofundada, até porque, estas entidades abrangem grandes empresas prestadoras de serviços essenciais, como hospitais, escolas, clubes desportivos, etc., que merecem uma meticulosa verificação na legislação afim e na distribuição de suas atividades-fim, em relação à defasagem dos serviços públicos estatais. Quais os interesses para além da preparação de uma sociedade em que os serviços públicos tendem a ser prestados pelas empresas privadas? O que fazem os religiosos além de inculcar dogmas nas pessoas? Os próprios pesquisadores têm dúvidas, por exemplo, quanto à participação dos religiosos neste cenário. Vejamos:

Pouco mais de um quarto das FASFIL (26%) dedica-se diretamente a atividades confessionais (Tabela 9). Encontram-se ali agrupadas ordens religiosas, templos, paróquias, pastorais, centros espíritas, dentre outros, isto é, organizações que cultivam crenças religiosas e administram serviços religiosos ou rituais. Note-se que instituições de origem religiosa, mas que desenvolvem outras atividades e que têm personalidade jurídica própria, como, por exemplo, colégios ou hospitais católicos ou entidades de assistência social espíritas etc., não estão classificadas no grupo das entidades religiosas mas nos grupos das organizações com atividades afins (educação, saúde ou assistência social). Daí conclui-se que a influência da

religião no âmbito das FASFIL é bem mais ampla apesar de não ser possível dimensioná-la com exatidão (Ibid., p. 29).

Outra importante fonte de avaliação do crescimento das ONGs e assemelhados são os empréstimos do Banco Internacional Para Reconstrução e Desenvolvimento a estas organizações. Relatórios do BIRD dizem, a respeito do financiamento das ONGs, que nos anos 1970, somente 1,5% dos empréstimos concedidos favoreciam as ONGs. Em 1996, já representavam 52% e, no ano de 2001, 70% dos empréstimos do banco destinaram-se a ONGs.

O mundo das ONGs hoje é um negócio extremamente rendoso. Taffarel (2003, op. cit.) procura desmistificar e denunciar a natureza mercantilista dessas organizações, identificando a sua origem nas “iniciativas e ações governamentais”. Para ela, as ONGs “*se inspiram em políticas oficiais e se fazem financiar com recursos nacionais e estrangeiros de agências multilaterais de investimentos que visam lucros*” (Ibid., p. 109-110, grifos nossos).

A análise cuidadosa do relacionamento das organizações do chamado terceiro setor com a sociedade e a sua estreita ligação com o Estado, induz Taffarel a uma reflexão que a permite distinguir uma estratégia de despolitização geral dos trabalhadores e estudantes. Tal estratégia visa retirar os “militantes” da ação política direta contra o capital e seus efeitos, afastando-os “das organizações político-partidárias e sindicais, mobilizadoras e organizadoras da consciência de classe” (Ibid.).

Os projetos de caráter pedagógico implementados no interior das unidades escolares pelas empresas, fundações, ONGs etc. e encampados pelas direções das escolas públicas como parte do seu projeto político-pedagógico também são, hoje, um fato concreto do cotidiano escolar. Sabemos que muitos desses projetos utilizam voluntários e alunos para suas atividades pedagógicas, enquanto outros utilizam força de trabalho especializada. Porém, esse serviço é prestado por pessoas as quais permanecem à margem dos quadros efetivos do serviço público (concursados). Via de regra, estes “profissionais”, prestadores dos serviços públicos essenciais de educação, são indicados pela pessoa jurídica responsável pelo projeto, diretamente pelo governo, ou ainda, pelo fisiologismo político característico dos governos capitalistas liberais, que incluem os mandos e desmandos de parlamentares em determinadas unidades escolares, que se constituem em seus feudos eleitorais.

Esses projetos são mercantilistas e assistencialistas, na medida em que se utilizam do conjunto da comunidade escolar para realizar a propaganda comercial de seus produtos e serviços ou a sua venda direta (no caso das empresas). Introduzem as ONGs no interior das escolas para preencher as deficiências e lacunas deixadas pelo Estado, quanto à prestação dos serviços educacionais. Como consequência da ocupação da escola pública pelo chamado terceiro setor, podemos observar que estes organismos extraem uma grande vantagem desta chamada parceira.

Beneficiam-se financeiramente pela venda direta de seus serviços e produtos através da propaganda comercial que representa a sua intervenção na escola.

Lucia Neves (2005) vai mais além do que apenas discutir o financiamento das ONGs no Brasil. Longe de significar a secundarização deste importante segmento, que são os investimentos capitalistas no e do chamado terceiro setor, Neves nos traz importantes referências sobre esta questão, utilizando-se dos mesmos documentos de análise publicados por eles – aqui também apresentados por nós numa versão atualizada até 2008. Antes de tudo, Neves considera que a maioria dessas organizações representativas deste setor constituem o que ela chama, apoiada em Gramsci, de “aparelhos privados de hegemonia”. Aqui, entramos num terreno de suma importância para nós, visto que, para muito além de analisarmos sua participação na economia, pretendemos demonstrar como se processa a reprodução da ideologia dominante, ou seja, em que medida estas organizações são responsáveis pela “concepção de mundo burguesa mundial no espaço nacional” (Ibid., p. 122).

Neves relata que o governo federal transferiu, em 2004, R\$ 1,2 bilhão a ONGs que executaram a política do Governo Lula e que o valor médio dos salários destes 1,5 milhão de trabalhadores formalmente empregados no setor era de R\$ 871,00, tendo como reflexo imediato o ingresso de cerca de R\$ 17,5 bilhões na economia, “provenientes de pagamentos de salários e de remunerações”¹⁰. Entretanto, e isso é um dado essencial para as nossas análises, estes trabalhadores “se constituem, também”, segundo Neves, “potencialmente, em militantes políticos da cidadania neoliberal, já que, para garantirem seu salário, acabam por seguir as idéias (sic) e ideais de seus empregadores” (Ibid., p. 122-123).

Porém, existe ainda uma grave questão social, que o documento do chamado terceiro setor tenta naturalizar: a maioria da sua força de trabalho humana – cerca de 14 milhões de trabalhadores (Ibid., p. 122) – realiza trabalho voluntário, e também, trabalho informal, trabalho precário, desregulamentado. Por isso o nosso interesse na análise destes dados, já que é um documento de muita valia para uma análise crítica mais aprofundada. Até porque, estas entidades abrangem grandes empresas prestadoras de serviços essenciais, como hospitais, escolas, clubes desportivos etc., que merecem uma meticolosa verificação na legislação afim e na distribuição de suas atividades-fim, em relação à defasagem dos serviços públicos estatais. Quais os interesses para além da preparação de uma sociedade em que os serviços públicos tendem a ser prestados pelas empresas privadas? O que fazem os religiosos além de inculcar dogmas nas pessoas? Os próprios pesquisadores têm dúvidas, por exemplo, quanto à participação dos religiosos neste cenário.

¹⁰ Dados referentes a 2002.

O NOVO DESENVOLVIMENTISMO

Na esteira das orientações gerais do capital, a Prefeitura do Rio de Janeiro aprovou, no parlamento municipal, a regulamentação da chamada lei das OS¹¹ (RIO DE JANEIRO, 2009), que transfere para o chamado terceiro setor a responsabilidade do Estado para com os serviços públicos essenciais. Ou, ainda que não os transfira formalmente, o Estado não se acanha em elaborar políticas – por exemplo na educação – fincadas no trabalho voluntário ou na contratação, sem concurso público, de profissionais selecionados diretamente pelas direções das escolas, sem a necessidade de comprovação de formação profissional qualificada, fragmentando ainda mais as relações de trabalho, já que estes profissionais nada têm a ver com o projeto político-pedagógico da escola, se houver, tampouco são convocados para participar de uma educação integral, como anunciado no PDE¹².

Não por acaso, a burguesia carioca importou de São Paulo um quadro político especial para implementar uma política de Estado fundamentada no “novo-desenvolvimentismo”, uma nova experiência teórica de ideólogos da economia política capitalista no Brasil, que hoje desfrutam da condição de oposição ao bloco governista constituído por PT, PMDB e aliados.

A Secretária de Educação da Prefeitura do Rio de Janeiro, Claudia Costin, teve de se explicar na solenidade de sua indicação, em 2008, por que assumia um cargo no governo do PMDB depois de já ter sido ministra no governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e Secretária de Cultura de São Paulo, entre 2003 e 2005. Alegando não ser “filiada a qualquer partido”, Costin, que foi gerente de políticas públicas do Banco Mundial, é uma executiva do chamado terceiro setor¹³ (GLOBO.com, 2008).

Em artigo publicado em colaboração com Bresser-Pereira, Costin (2008) expõe longamente as suas argumentações bresserianas sobre a crise do Estado, justificando as privatizações e defendendo o seu aprofundamento, na medida em que, sob a pretensão de criticar o modelo neoliberal de gestão pública, defende que as agências reguladoras sejam consolidadas, como pré-

¹¹ Lei Nº 5.026, de 19/05/2009 (RIO DE JANEIRO, 2009), que dispõe sobre a qualificação de entidades como Organizações Sociais e dá outras providências. Disponível em <http://spl.camara.rj.gov.br/spl/spl_tramit_proj_assunto.jsp;jsessionid=A16B658FB3E360BBB69C51EF5601A73B?id=17338>. Acesso em 28/09/2011.

¹² Consultar o Programa Mais Educação, do Plano de Desenvolvimento da Educação do Governo Federal. Disponível em <http://pde.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=149:mais-educa-&catid=28:educacao>. Acesso em 5/05/2010.

¹³ Claudia Costin é Vice-presidente da Fundação Victor Civita e tem aberto as portas da educação pública municipal aos negócios desejados pelas organizações do chamado terceiro setor, como Fundação Roberto Marinho, Fundação Ayrton Senna, Instituto Unibanco, Instituto Sangari e muitas outras. Conferir em <http://pt.wikipedia.org/wiki/C1%C3%A1udia_Costin>. Acesso em 27/09/2011. Ou ainda em <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2008/11/07/claudia_costin_assumira_pasta_de_educacao_fernando_william_de_assistencia_social-586296234.asp>. Acesso em 27/09/2011.

requisito das privatizações. Mostrando-se preocupada com a “luta contra a mortalidade infantil e as enfermidades transmitidas pela água”, Costin propõe, sutilmente, a privatização da água no Brasil:

A pressa em privatizar, muitas vezes ocasionada pela absoluta impossibilidade de manter o ativo funcionando, tem levado por vezes a um desequilíbrio entre o momento da venda e a instalação de agências reguladoras, independentes e profissionalizadas, em setores-chave da economia. Por isso a dificuldade de implementar políticas públicas que reduzam a pobreza e as desigualdades se potencializa. É urgente, nesse sentido, acelerar no Brasil a consolidação da agência de saneamento – tema coberto parcialmente pela Agência Nacional de Águas (ANA) (...) (Ibid., p. 239-240).

Ela identifica quatro crises fundamentais do Estado, a saber, crise fiscal, crise do modelo de produção (intervenção do Estado na economia), crise política (“incipiente exercício de cidadania e controle social nas comunidades”, depois da “transição da ditadura para a democracia no Brasil”) e, por fim, a crise de gestão do Estado (Ibid., 239-241). Este setor da intelectualidade orgânica da burguesia faz duras críticas ao modelo neoliberal de gestão pública, como se jamais tivesse participado dela, no auge da sua implementação no Brasil. Naquele período, as demissões de servidores públicos e concessões de certificados legais para a transferência dos recursos públicos para o setor privado por meio das ONGs, OSCIPs, fundações, institutos, além das privatizações, davam a tônica da conjuntura política. Sua gestão à frente do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE) ocorreu entre 1998 e 1999, em função do afastamento de Bresser-Pereira, que assumia a tesouraria da campanha para a reeleição de Fernando Henrique.

Uma década depois, Bresser-Pereira e sua equipe concebem um novo modo de organização do Estado e do desenvolvimento econômico capitalista, uma nova “estratégia nacional de desenvolvimento”, depois de considerar findo o ciclo do “tempo do neoliberalismo e da ortodoxia convencional”. Para ele, “novas perspectivas estão se abrindo para a região”, se os economistas, empresários e a burocracia de Estado latino-americana

(...) lembrarem da experiência bem-sucedida do antigo desenvolvimentismo – o nacional-desenvolvimentismo –, e forem capazes de dar um passo à frente. Já fizeram a crítica dos erros cometidos, e já se deram conta dos fatos históricos novos que a tornaram superada. Precisam agora reconhecer que a revolução nacional que então estava acontecendo, tendo esse antigo desenvolvimentismo como estratégia nacional, foi interrompida pela grande crise dos anos 1980 e pela *onda ideológica neoliberal vinda do Norte*. Precisam aprofundar o diagnóstico da quase-estagnação provocada pela ortodoxia convencional. Precisam olhar com atenção para a estratégia nacional de desenvolvimento dos países asiáticos dinâmicos. Precisam participar da *grande obra coletiva nacional*, que é a formulação do novo-desenvolvimentismo – da nova estratégia nacional de desenvolvimento para seus países (sic) (BRESSER-PEREIRA, 2008, p. 91, grifos nossos).

Falando da burguesia latino-americana como se fora algo (ou alguém) distante de si, um dos principais teóricos da burguesia brasileira afirma que a “tomada de consciência” de sua classe “está em pleno processo”, dado o seu “elemento cíclico”. Conclui seu texto criticando o nacional-dependente do desenvolvimento econômico latino-americano das últimas décadas, atribuindo a responsabilidade às “elites” – sem que isso signifique, nem de longe, qualquer esboço de auto-crítica –, que “sempre foram conflitantes e ambíguas, ora se afirmando como nação, ora cedendo à hegemonia ideológica externa” (Ibid.).

Chamam de “novo-desenvolvimentismo” à nova roupagem para a acumulação capitalista, que passa por uma nova estratégia de organização do Estado e dos investimentos públicos e privados. As ácidas críticas que Bresser-Pereira faz à ortodoxia macro econômica do “consenso de Washington”¹⁴ têm que ser tomadas como uma orientação do capital para a superação de um ciclo de produtividade, esgotado pelas políticas levadas por ele mesmo. Esteve à frente dos governos neoliberais de Sarney, como Ministro da Fazenda desde 1987; depois, nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, primeiro, no período de 1995/1998 como Ministro do MARE e, depois, entre 1999 e 2002 como Ministro da Ciência e Tecnologia. Neste período, segundo ele mesmo, “nunca os formuladores brasileiros de política econômica foram tão elogiados por Washington e Nova York”, o que poderia levar alguém incauto a supor que sua generosidade e fidelidade ao neoliberalismo se faziam ingênuas, na medida em que reconhece, hoje, que Washington, “(...) embora se propondo a generosamente promover a prosperidade dos países de desenvolvimento médio, na verdade [atendia] aos interesses dos países ricos em neutralizar a capacidade competitiva desses países” (Ibid., p. 57 e 74).

Como podemos observar pela ótica teórica de um influente setor da economia política burguesa, haverá no Brasil uma disputa pelos rumos a serem tomados pelo capital para alcançar um novo ciclo do desenvolvimento da produção. Ajuste fiscal rigoroso – que deve representar para a classe trabalhadora mais aumentos de impostos, ao contrário de menos rigor nos gastos públicos –, controle dos juros para financiar a produção, principalmente a industrial, controle do câmbio e poupança interna para “crescer com investimento” é o que propõe Bresser-Pereira e sua equipe. O pré-requisito para a aplicação de políticas públicas sob esta nova orientação: “países de renda média como o Brasil” e que “já tenham realizado a sua revolução capitalista, já possuam uma classe

¹⁴ Formado, segundo Bresser-Pereira, “a partir da crise do consenso keynesiano e da correspondente crise da teoria do desenvolvimento econômico elaborada nos anos 40 e 50, o consenso de Washington foi estruturado num programa que continha dez pontos essenciais, “segundo John Williamson”: (1) disciplina fiscal; (2) correção das prioridades em relação às despesas públicas; (3) reforma tributária com aumento de impostos numa base ampliada; (4) taxas de juros positivas e determinadas pelo mercado; (5) taxa de câmbio determinada pelo mercado; (6) comércio liberalizado e orientado para a exportação; (7) investimentos diretos livres de restrições; (8) privatizações; (9) desregulamentação da economia; e (10) assegurar o direito de propriedade (BRESSER-PEREIRA, 1992, p. 15-16).

empresarial competente, uma ampla classe média e instituições razoavelmente modernas” (Ibid., p. 56 e 89).

A revolução capitalista a qual se refere Bresser-Pereira ancora-se, principalmente, sob o seu próprio ponto de vista, no nível de docilidade que se encontra a classe trabalhadora e seus organismos políticos e sindicais. O desejado “consenso pleno” que, para ele “é impossível”, pode ser substituído, sem problemas, por “um consenso que uma empresários do setor produtivo, trabalhadores, técnicos do governo e classes médias profissionais – um acordo nacional, portanto (...)” (Ibid., p. 76).

Trata-se de um terceiro discurso “entre o populismo da esquerda burocrática e o neoliberalismo da ortodoxia convencional”. O chamado novo-desenvolvimentismo significa para os bresserianos, “o conjunto de diagnósticos e idéias que devem servir de base para a formulação, por cada Estado-nação, de sua estratégia nacional de desenvolvimento” (sic), fundamentado na “macroeconomia keynesiana e na teoria econômica do desenvolvimento (...) é uma estratégia nacional de desenvolvimento” (Ibid., p. 60, 73).

EDUCAÇÃO E DOMINAÇÃO DE CLASSES

Na educação, esta forma de exploração da força de trabalho também vem contribuindo para o fortalecimento do senso comum de que a escola pode e deve funcionar livre das relações formais de trabalho e de gestão com o Estado.

Ao evocarmos o senso comum deveremos aprofundar a análise sobre ele e demonstrar a sua essencialidade no processo de dominação na sociedade de classes e o quanto é capaz de conservar a realidade. Sonia Kruppa (1992, p. 60-68) é bastante explícita ao tratar do assunto, lembrando ser o cotidiano o espaço privilegiado para a “reprodução da sociedade capitalista”, na qual atuam dois elementos essenciais que servem de fermento para o metabolismo social: “a alienação e os preconceitos” (Ibid., p. 62).

A cotidianidade é orientada pelas instituições que dominam a sociedade de classes, expressas pela família, religião, escola, mídia etc., “que estabelecem uma mediação entre o indivíduo e os costumes”, tornando-os, hora seres genéricos, hora seres particulares, conforme o interesse do capital (Ibid., p. 63). O “ser particular” e o “ser genérico” dos quais fala Sonia Kruppa poderão expressar diferentes conotações, a depender do pensamento dominante num determinado momento histórico.

Preferimos aqui trabalhar com a fonte primária do pensamento idealista, hegeliano, enquanto hegemônico na sociedade capitalista contemporânea. Hegel constrói a razão do homem da classe média, fundamentada no poder que tem de satisfazer a sua vontade, expressa na conquista da sua

liberdade, a partir do domínio completo que passa a ter sobre o seu “outro” (MARCUSE, 2004, p. 168). Vontade esta que, segundo Hegel, tem um duplo caráter, polarizando-se entre elementos particulares e universais, inclinando-se, contudo, “em favor do seu interesse privado”, compelindo a tendência do homem hegeliano a jamais desejar “o interesse geral ou comum” (Ibid. p. 165).

O conceito de liberdade, em Hegel, traduz a relação entre liberdade e pensamento, que é colocada à prova nas relações estruturais da sociedade de classes, a qual, por meio destas relações, expressa “a ligação entre o idealismo e o princípio da propriedade” (Ibid., p. 167).

Por conta disso, a liberdade de apropriação se apresenta enquanto uma vontade do indivíduo que é concretizada a partir da ideia de liberdade, de direito e de igualdade, a qual se materializa na forma da apreensão da propriedade privada (Ibid., p. 168).

O homem e a mulher idealistas, em Hegel, só podem ser livres se, a partir da sua vontade de liberdade, venham tomar consciência de suas potencialidades individuais, ou seja, a “consciência de poder possuir os objetos que desejar” (Ibid. p. 169).

Consciente de que as desigualdades sociais e econômicas estabelecidas de fato no interior da sociedade capitalista contemporânea podem ser resolvidas pela vontade dos homens, Hegel pressupõe que as leis devam instituir, ainda que artificialmente, um padrão de igualdade e de justiça baseadas “em alguns fatores essenciais comuns a todos os indivíduos”. Um desses “fatores essenciais” é a posse da propriedade privada, entendendo-a enquanto um direito de todos. Portanto, a igualdade humana, para Hegel, é justificada pelo direito (público e privado) do homem em conquistar a propriedade (Ibid., p. 183).

O sistema filosófico de Hegel acabou sendo apropriado pela burguesia, fortalecendo as novas circunstâncias de relações sociais em desenvolvimento. A concepção hegeliana de liberdade, de igualdade e de fraternidade, palavras-de-ordem da Revolução Francesa, é agora atrelada filosoficamente à propriedade privada, concedendo *status* humanista à nova forma de dominação burguesa. Surgia uma nova consciência.

Trabalhar com a análise da fragmentação do ser genérico e do ser particular do homem abstrato, idealista, nos conduzirá por caminhos mais seguros no terreno arenoso do senso comum e do cotidiano, pois implicará em decifrar as razões que levam o sujeito à satisfação (seja ela pessoal, profissional ou política) de prestar serviços voluntários a organizações do chamado terceiro setor, por exemplo, numa sociedade marcada pela exploração do trabalho. O homem contemporâneo não conhece o seu “verdadeiro” ser genérico, construindo uma relação dialética com o universal a partir dos seus interesses particulares. “Preso na particularidade, não consegue se perceber enquanto ser genérico, inserido em relações sociais amplas”, diria KRUPPA (1992, op. cit., p. 64) acerca da pessoa envolta no seu cotidiano absorvente e alienante, que a incapacita de “estabelecer as relações que envolvem os fatos a partir de análises mais globais”.

As pessoas, mergulhadas no senso comum, não percebem as relações universais que sustentam o seu ser particular. Perdido no espaço do cotidiano, o homem capitalista contemporâneo não consegue estabelecer a relação dialética da totalidade universal com os seus interesses e necessidades particulares.

O senso comum não estabelece parâmetros éticos para desmontar relações anteriormente constituídas, não só na arte, na cultura, no lazer, no conhecimento científico, “mas também com a realidade urbana e a realidade cotidiana” (Ibid., p. 61).

Kruppa demonstra que o cotidiano é construído a partir de um arcabouço ideológico que transforma a realidade objetiva, revestindo-a de aparências que sustentam o interesse do poder dominante. Homogeneiza os “espaços” contraditórios dos interesses antagônicos das classes, sendo o Estado a instituição mediadora dessas contradições.

Ou, como diriam Adorno e Horkheimer (2006, p. 100) “(...) a unidade evidente do macrocosmo e do microcosmo demonstra para os homens o modelo de sua cultura: a falsa identidade do universal e do particular”. Estes notórios teóricos da Escola de Frankfurt sistematizam a análise do senso comum neste texto histórico, escrito ao final da Segunda Grande Guerra, no qual denunciam, já naquela época, a grande máquina de terraplanagem que prepara o terreno do cotidiano burguês, ainda hoje: a indústria cultural.

As transformações do cotidiano ao longo do processo histórico de desenvolvimento do capitalismo, desde a Revolução Industrial até hoje, somente foram possíveis a partir de ações organizadas dos homens e mulheres comprometidas com o pensamento crítico e com a dialética, ainda que não tivessem total domínio do processo de elaboração teórica do conhecimento. A espontaneidade e o pragmatismo são elementos constitutivos do cotidiano, pois impele o homem a continuar agindo sem reflexão, alienando-o do mundo exterior e submetendo-o a certo automatismo para a realização das suas tarefas mais simples, que o impede de discernir sobre os fundamentos de sua ação. Estes elementos também se sustentam no misticismo e funcionam como a areia movediça, que traga qualquer corpo que tente nela se firmar.

Em contrapartida, o universal, representado pelo que Hegel chama de “sociedade civil”, retorna ao homem particular os seus interesses, que, por sua vez, são superados pelo universal. Assim, a principal contradição do ser genérico, em Hegel, encontra-se na propriedade privada dos meios de produção, que constitui-se na negação necessária à transformação da quantidade em qualidade e, em última análise, na composição de um novo sujeito.

A divisão social do trabalho é uma contradição fundamental do capitalismo. A terceirização de funcionários e professores, o trabalho voluntário, a hora extra, as más condições de trabalho, de transporte e moradia, às quais o trabalhador da educação está sujeito, contribuem para o aumento da

mais valia absoluta extraída pelo capital, ainda que possamos ter aqui uma polêmica acerca das categorias de trabalho produtivo e trabalho improdutivo, especialmente no serviço público.

Sabemos que a conta feita pelo capital para combater a permanente tendência de queda da taxa de lucro – na linha que Marx apontou no capítulo sobre a “Lei da Queda Tendencial da Taxa de Lucro”, n’O Capital –, minimiza sobremaneira a possibilidade de melhorias na qualidade dos serviços essenciais e das condições de trabalho dos servidores públicos. Como temos observado na atual crise econômica, cujo epicentro foram os financiamentos de risco no setor imobiliário estadunidense, em 2008, os chamados *subprime*, o Estado apresenta-se como o principal financiador da crise capitalista, tornando impossível os investimentos públicos.

Os dirigentes burgueses e suas organizações sempre encontram formas de ocultar as razões que impedem o estancamento dos investimentos públicos nos serviços essenciais. Bresser-Pereira cunhou o termo "organizações de serviço público não-estatais" para se referir às instituições públicas que terceirizam sua gestão. Criaram um arcabouço jurídico¹⁵ para formalizar e regulamentar a transferência da gestão e dos recursos públicos à iniciativa privada, operando para a acumulação de capital. Cumprindo a função que se espera de um teórico burguês, Bresser-Pereira ensina aos empresários como atuar à sombra do Estado:

(...) Um setor privado continua financeiramente bem porque é bem administrado, porque se protege bem, porque continua a receber incentivos e proteção do setor público, porque não paga todos os impostos que seriam necessários pagar, porque paga salários muito baixos (...) (PEREIRA, 1992, op. cit., p. 127-128).

Negar a lógica do capital é atuar na contramão do *status quo*.

Na educação, para resistirmos ao avanço do chamado terceiro setor e ao autoritarismo materializado no que se costuma chamar, nos meios acadêmicos e sindicais, de gestão democrática, devemos defender a ampliação do orçamento da educação pública para 10% do PIB, atendendo reivindicação histórica dos trabalhadores. Realizar eleições livres para direção das escolas, mesmo que à revelia dos governos, também será, daqui para frente, uma necessidade, pois as raras eleições diretas e livres para direção, nas redes públicas onde ainda existem, são cassadas e substituídas por uma seleção pública ou por indicação direta do governo.

¹⁵ Um estudo minucioso desta estrutura jurídica poderá demonstrar a formalização e a legalização da transferência do capital do Estado para o setor privado. Por ora, podemos citar algumas destas leis para efeito de ilustração, sem nos aprofundarmos no seu conteúdo: Lei nº 9.637, de 15/5/1998, que dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais; Lei nº 9.790, de 23/3/1999, que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs); Lei 12.101, de 27/11/2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social; Lei nº 8.212, de 24/7/1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio; além de outras.

Aprofundar as análises materialistas das políticas públicas de educação nos assegurará condições mais sólidas para traçarmos tendências do pensamento contemporâneo. Neste momento histórico em que o pensamento torna-se alienado da categoria da totalidade, a fragmentação das relações pessoais e de produção se avoluma; o efêmero, o superficial, o pragmático induzem as ações humanas; a massificação da indústria cultural, bestial e consumista, toma corpo e espírito na sociedade capitalista. Num momento em que a subjetividade da linguagem dá a materialidade das ações dos homens e das mulheres, é mais do que necessário buscarmos a práxis revolucionária. Precisamos resgatar valores e métodos, resgatar e produzir conhecimentos.

Hoje, a política pública de educação no Brasil assume a meritocracia como um princípio de relações humanas, nas quais, a mulher e o homem trabalhadores tornam-se reféns da sua própria insegurança, incerteza e vitimização. Investigar minuciosamente o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e as consequências da sua implantação, que hoje representa a política que sistematiza a gestão pública, por um lado, e identifica as ações do capital no setor da educação, por outro, será ponto de partida para nós.

Somos proletários portadores de um poderoso instrumento teórico, o marxismo, que nos compromete com a superação revolucionária da sociedade capitalista e com a transformação dos homens e das mulheres trabalhadoras e, por isso, portadores de um sonho histórico: o de construir o decantado “homem novo”. Trabalhamos para materializar este sonho. O “homem omnilateral, não especializado e, sobretudo, livre da exploração e da alienação do seu trabalho” substituirá o “homem unilateral, especializado e alienado”, produzido cada vez mais pelas políticas públicas contemporâneas. Reproduzimos as palavras do pensador Moacyr Gadotti (2000, p. 55-60), ao tempo em que considerava o “homem histórico”, o par dialético capaz de superar as profundas contradições da sociedade pós-moderna.

Ao citar Gadotti, procuramos nos esforçar em compreender os motivos pelos quais este e tantos outros intelectuais, outrora comprometidos com a teoria crítica, tenham aderido à principal política de educação do governo Lula, o PDE. Uma política fincada num conglomerado de organizações patronais, organismos internacionais, grandes corporações nacionais e internacionais, ONGs, fundações, institutos e assemelhados, só poderia mesmo ser construída sob o ponto de vista dos empresários. Em nota de rodapé, Gadotti se remete às origens do PDE, encontradas no documento Compromisso Todos Pela Educação, “lançado no dia 6 de setembro de 2006” e assinado por entidades, segundo Gadotti, “de diferentes tendências:”

Instituto Ayrton Senna, Instituto Gerdau, Fundação Lemann, ProCentro, Fundação Telefônica, Fundação Bradesco, Instituto DNA Brasil, Fundação Educar Dpaschoal, Fundação Roberto Marinho, Instituto Ethos, Cenpec, Ação Educativa, Fundação Itaú Social, Undime, Consed e outras, como a Fiesp, o Banco Mundial, a

Apesar das evidências quanto ao jogo de interesses ideológicos e políticos na formulação da política pública de educação no Brasil, Gadotti, dirigindo-se “principalmente aos professores em geral e aos alunos dos cursos de Pedagogia e Licenciatura” admite que tenta se “convencer de que, finalmente, estamos diante de algo novo e que tem chances de dar certo”. A grande mídia é a referência de Gadotti para a aceitação do PDE, que tem sido elogiado pela burguesia “mesmo por aqueles que sempre combateram o governo Lula, anulando praticamente a oposição nesta área” (Ibid., p. 12, 31 e 32).

Sem fazer juízo moral, nem tampouco considerar ações individuais, preferimos reconhecer a ocorrência de um fenômeno sociológico no Brasil, que leva uma parte importante do pensamento crítico, não somente na educação, como também nas demais áreas, a aderir ao discurso dominante. Mas há resistências.

Depende de nós a perpetuação desse nosso compromisso histórico. Porém, cada passo dado pelo Estado em direção às políticas que facilitam a obtenção de lucros por empresas privadas que invadem o ensino público, nos obriga a um maior rigor acadêmico. Referimo-nos à busca permanente pela investigação teórica sobre os métodos de gestão da educação pública e das teorias educacionais. Possuímos o poder de escolher o referencial teórico que sirva aos interesses dos trabalhadores da educação e dos nossos alunos e não ao dos empresários, que buscam tão somente melhorar superficialmente a força de trabalho humana, em busca do aumento das suas taxas de lucro.

O domínio das múltiplas determinações que compõem o objeto de análise e que o fazem real, concreto, possibilita-nos uma maior proximidade com a verdade científica, impossibilitando que a aparência das coisas oculte a sua verdadeira essência.

Daí a necessidade de analisarmos profundamente a política de educação no Brasil contemporâneo para confrontá-la com a realidade concreta, cotidiana, de alunos e trabalhadores das escolas públicas. Temos que pesquisar os motivos que têm levado os trabalhadores de vários estados a entrarem em greve contra as políticas públicas de educação.

No Rio de Janeiro os trabalhadores da educação estadual deram um grande exemplo da possibilidade concreta de combate às políticas capitalistas. Sessenta e seis dias de greve, suspensa dia 12 de agosto último, foi alimentada por 31 dias de acampamento na porta principal da Secretaria Estadual de Educação (SEEDUC) a partir da ocupação daquele órgão público pelos trabalhadores.

As conquistas políticas e econômicas da greve ainda não foram suficientes para derrotar o Plano de Metas do governo fluminense. Porém, o próprio pensamento central do programa estadual

de educação, por medíocre e superficial que se apresente, nos coloca um divisor de águas e um grande desafio: resgatar o pensamento crítico ou sucumbir à alienação humana.

A publicação oficial da política de educação estadual traz em seu corpo literário, em espaço privilegiado, citação do recém-falecido empresário norte-americano Steve Jobs, dono da Apple, uma das maiores corporações da área de informática do mundo, estampada no livro “Gestão Integrada da Escola (GIDE)” (GODOY, 2011). Utilizado pela SEEDUC para divulgar suas políticas meritocráticas, não esconde de ninguém seu conteúdo neoliberal, nem tampouco sua intencionalidade quanto à formação humana: “*Tudo tem que ser claro, fácil de entender. Menos é mais. Simplicidade equivale a inteligência, e complexidade a confusão mental*” (Ibid., grifos nossos)¹⁶.

Assim, os trabalhadores da educação fluminense suspenderam a greve¹⁷ acumulando uma vitória importante sobre este projeto avassalador da burguesia nacional. Conseguimos arranhar seu plano de comprimir os salários, atacar os nossos planos de carreira e quebrar a paridade entre ativos, aposentados e pensionistas e, adicionalmente, diminuimos a jornada dos servidores da educação. Os 5% de reajuste conquistados não expressam este acúmulo, na sua aparência. Entretanto, foi descongelado o plano de carreira dos funcionários administrativos e elevado o seu piso salarial, de R\$ 433,00 para R\$ 530,00, aplicando-se o reajuste no novo piso e 8% entre os nove níveis da carreira, mais o enquadramento por formação. Ainda, a diminuição da jornada dos docentes, que têm, a partir da greve, seu tempo de planejamento ajustado em um terço da carga horária, além do aumento de 14,6% aos animadores culturais.

Sabemos que podemos superar a política liberal, guardados os limites coercitivos da sociedade capitalista, nos moldes apontados por Mészáros, segundo o qual “(...) é necessário romper com a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente (MÉSZÁROS, 2005, p. 27, grifos do autor).

A hora é de resgate de princípios antigos. Demerval Saviani (2008, p. 45), que mantém suas formulações críticas desde os chamados anos de chumbo, falava que “os conteúdos são fundamentais e sem conteúdos relevantes, conteúdos significativos, a aprendizagem deixa de existir, ela transforma-se em um arremedo, ela transforma-se numa farsa”. Naquele início da década de 1980, com a conquista da anistia e da abertura política que se moldava com as eleições para os

¹⁶ GODOY, Maria Helena de Pádua e MURICI, Izabela Lanna. Gestão Integrada da Escola (GIDE). 2011. Todos os direitos reservados ao INDG. Disponível em <<http://www.rj.gov.br/web/seeduc/listaconteudo?search-type=busca&group-id=91317&search-params=GIDE&search-location=0>>. Acesso em 15/08/2011.

¹⁷ A greve foi suspensa no dia 12 de agosto depois de uma acirrada disputa e apesar de o governo de Sergio Cabral não ter ainda, naquela ocasião, sancionado o Projeto de Lei 677/2011, que concedia as conquistas arrancadas pela greve. Com o fim da mobilização grevista, o governo ampliou a repressão à categoria no interior das escolas, exigindo a reposição quantitativa dos dias parados, já que não havia nenhum acordo entre o sindicato e o governo para a reposição. Até o fechamento deste texto (15/11/2011) o governador Cabral não houvera sancionado a lei e apenas o aumento de 14,6% dos animadores culturais fora concedido, publicado no Decreto 43.222, de 5 de outubro de 2011. Disponível em <<http://www.rj.gov.br/web/seplag/exibeconteudo?article-id=633866>>. Acesso em 13/11/2011.

governos estaduais e o histórico movimento nacional pelas Diretas Já, Saviani discutia a relação entre dominadores e dominados, tomando os conteúdos pedagógicos como instrumento de libertação e “a única forma de lutar contra a farsa do ensino”:

Por que esses conteúdos são prioritários? Justamente porque o domínio da cultura constitui instrumento indispensável para a participação política das massas. Se os membros das camadas populares não dominam os conteúdos culturais, eles não podem fazer valer os seus interesses, porque ficam desarmados contra os dominadores, que se servem exatamente desses conteúdos culturais para legitimar e consolidar a sua dominação (...) o dominado não se liberta se ele não vier a dominar aquilo que os dominantes dominam. Então, dominar o que os dominantes dominam é condição de libertação (Ibid.).

A TÍTULO DE CONCLUSÃO:

PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO PARA INSTRUMENTALIZAR A LUTA

A atual conjuntura histórica da sociedade capitalista brasileira tem demonstrado aos trabalhadores atentos à crise teórica vivenciada pelo proletariado mundial, desde a década de 1920, que a superação das dificuldades impostas à classe trabalhadora somente poderão ser superadas a partir do enfrentamento ao que Perry Anderson chama de “A crise da crise do marxismo”¹⁸.

Ao nos referirmos a esta crise, falamos da crise de compreensão do mais avançado, científico e revolucionário referencial teórico legado ao proletariado por Marx e Engels. Reportamos-nos aqui ao conjunto de categorias elaboradas ou descobertas por estes companheiros e depois complementadas por Lênin, que desvelam a realidade segundo o ponto de vista do proletariado, proporcionando maior possibilidade de acesso ao real.

O método dialético de análise, a teoria do valor-trabalho e a perspectiva da revolução proletária são os pilares deste conjunto de teorias que chamamos marxismo. Porém, falarmos em marxismo significa decifrar as várias interpretações dos textos de Marx e Engels.

A começar pela análise da conjuntura política atual, preferimos nos esforçar a não nos afastarmos tanto do que podemos entender seja a interpretação original dos nossos autores. O Brasil contemporâneo transformou-se num imenso laboratório da história com a ascensão ao governo central de uma fração da classe trabalhadora que possuía a direção da maioria das organizações sindicais e estudantis, além de representar politicamente a maioria da classe trabalhadora, através do PT e do PCdoB, ainda que seu programa já possuísse os germes da socialdemocracia.

¹⁸ Para uma discussão mais aprofundada, ver ANDERSON (1983).

Numa análise da conjuntura mundial, Perry Anderson (2008) sustenta que “o regime de Lula poderia ser considerado, sob um certo ponto de vista, como a maior desilusão sofrida pela esquerda mundial neste período”. Anderson analisa a construção do PT como sendo

(...) o último partido operário de massas que surgiu no século XX, de fato, o único verdadeiramente novo desde a Segunda Guerra Mundial. Em suas origens era uma força militante radical, *de modo algum social-democrata*, nascido das lutas populares em escala nacional contra uma ditadura militar. Conquistando o poder no maior país do continente, depois de oito anos de uma administração neoliberal que denunciou, o partido não tem conseguido romper com as mesmas ortodoxias, que tem feito dos bancos e das instituições financeiras os grandes beneficiários do seu governo. Nenhuma bolsa do mundo tem contabilizado lucros tão estratosféricos como a de São Paulo, que disparou até 900% num intervalo de cinco anos (Ibid., p. 22-23, grifos nossos).

Anderson não chega a mencionar neste artigo que a ascensão do PT ao governo federal exerce uma enorme influência na CUT, na UNE e no MST. Seria muito importante podermos ouvir de um historiador marxista como Perry Anderson que estas entidades funcionam como correia de transmissão do governo, principalmente, para implementar uma vigorosa campanha institucional de diluição da consciência de classe. Tudo para garantir que os “bancos” e as “instituições financeiras” sejam “os grandes beneficiários do seu governo” (Ibid.).

Compartilhamos da opinião de que se explicitava, pelo menos até 1989, a já exasperada contradição nas relações de classe, expressa através das contundentes declarações de dirigentes sindicais na mídia ou nas massivas mobilizações para as passeatas, assembleias e ocupações, que terminavam quase sempre em acirrados enfrentamentos com a força de repressão da burguesia. Entretanto, apesar de concordarmos que o PT, “em suas origens era uma força militante radical”, e que nascera “das lutas populares em escala nacional contra uma ditadura militar”, não podemos compartilhar da opinião de Perry Anderson de que este partido não fosse, “de modo algum social-democrata” (Ibid.), como ele afirma em sua análise de conjuntura, pois, leva-nos à imediata questão: qual seria, então, a orientação programática do PT se ele não é socialdemocrata? Seria um partido de extrema-direita?

Logo no primeiro parágrafo do seu manifesto de fundação, o partido demonstra a sua convicção pela democracia e afirma, categoricamente, que “o trabalhador brasileiro” teria aprendido “em suas lutas (...) que a democracia é uma conquista que, finalmente, ou se constrói pelas suas mãos ou não virá” (PARTIDO DOS TRABALHADORES-PT¹⁹, 1980, p. 1). Para que não restem dúvidas sobre a orientação democrática do PT, seu manifesto de fundação assegura, ainda, a luta “por todas as liberdades civis, pelas franquias que garantem, efetivamente, os direitos dos cidadãos

¹⁹ Doravante apenas PT, 1980.

e pela democratização da sociedade em todos os níveis” (Ibid. p. 2). Obviamente que foi autorizado, desde a fundação, a participar do processo eleitoral, mesmo que “suas atividades parlamentares” fossem subordinadas “ao objetivo de organizar as massas exploradas e suas lutas”, ou que “o país só será efetivamente independente quando o Estado for dirigido pelas massas trabalhadoras” (Ibid.).

Para nós, estas considerações são altamente contraditórias com um programa de orientação comunista ou socialista, do ponto de vista do socialismo científico de Marx e Engels. Ainda que alguém possa se entusiasmar com a afirmação de que o PT “nasce da decisão dos explorados de lutar contra um sistema econômico e político que não pode resolver os seus problemas, pois só existe para beneficiar uma minoria de privilegiados” (Ibid., p. 1), temos por obrigação alertar a estes incautos de que a contradição exposta em cada linha dos documentos do PT alimenta uma grande confusão teórico-programática, pois falseia uma aparência anticapitalista.

Como poderemos supor – em Hegel, pois em Marx seria impensável – que um partido possa ser, ao mesmo tempo, democrata e anticapitalista? Não que a democracia não possa conviver com outras formas de organização da produção. Tanto pode que se fundou no sistema escravocrata da Grécia Antiga. O que está em pauta, no entanto, é o que fazer com uma sociedade dividida em classes. Em apenas um pequeno trecho do documento intitulado “O Socialismo Petista”, de 1999, o PT se assume, ao mesmo tempo, democrata, anticapitalista e socialista, vejamos:

Esse compromisso de raiz com a democracia nos fez igualmente anticapitalistas – assim como a opção anticapitalista qualificou de modo inequívoco nossa luta democrática. Ainda que textos maiores não aprofundassem o desenho interno da pretendida sociedade alternativa, a ambição histórica do PT já era, em sua origem, nitidamente socialista (PT, 1999, p. 2).

Com o intuito de agradar às classes contraditórias, tanto quanto fizeram os socialdemocratas da II Internacional, e, mais tarde, os reformistas de linha soviética da III Internacional, o documento tenta radicalizar a sua retórica, por um lado, dando ênfase à necessidade de organização das massas trabalhadoras e, por outro, dirige-se ao patronato – que não pretende extinguir –, buscando “conjugar – desafio dos desafios – o incremento da produtividade e a satisfação das necessidades materiais com uma nova organização de trabalho, capaz de superar sua alienação atual” (Ibid., p. 6). A dissimulação não é percebida pelos incautos dos quais falamos há pouco, porém, fica bem claro para quem desejar entender, como os programas políticos se manifestam para as classes contraditórias nas suas entrelinhas. O documento supõe a manutenção do patronato, ao longo da apologia sistemática que faz à democracia, propondo os “conselhos de fábrica” enquanto uma “referência obrigatória” para a “gestão de cada unidade produtiva”, assim como a participação da sociedade na administração pública “por meio de um planejamento estratégico sob o controle

social” (Ibid.). Sabemos da importância dos conselhos de fábrica no processo de organização do proletariado, mas não é isso que colocava em jogo este documento, ao ser aprovado, em 1999.

O que estava em jogo era o poder burguês. Por um lado, era preciso satisfazer as expectativas das organizações da chamada esquerda petista e, por outro, atrair a classe média e o empresariado. A demanda da esquerda petista pôde, com certa facilidade, ser atendida com a aprovação dos chamados “documentos históricos” do partido, enquanto que a expectativa de aproximação com a burguesia consolidou-se na aliança com o então Partido Liberal (PL), na campanha eleitoral de 2002, expressa na chapa Lula/Alencar, para a Presidência da República.

Não por outra razão, devemos estar sempre vigilantes ao patamar de observação que escolhemos para analisar a luta de classes e, portanto, a história. Michel Löwy (2000, p. 197-218) aborda esta questão com uma pergunta: “*qual é o ponto de vista de classe e a visão social de mundo epistemologicamente privilegiados, isto é, relativamente mais propícios ao conhecimento científico da realidade social*” (Ibid., p. 205, grifos do autor)? Löwy discorre por uma longa análise sobre o conhecimento científico e a ciência, demonstrando os interesses de classe que orientam a busca da verdade científica. Neste sentido, considera o ponto de vista do proletariado superior epistemologicamente, na medida em que, este, não representa um ponto de vista genérico das classes revolucionárias, “mas tem um caráter particular, qualitativamente diferente das classes do passado, específica ao proletariado enquanto *última classe revolucionária*” (Ibid., p. 209, grifos do autor).

Michel Löwy utiliza-se da metáfora da alegoria do mirante, que define a posição do observador (pesquisador) para analisar o seu objeto (a sociedade). Segundo ele, o cientista social é condicionado pela sua posição de classe e por determinações que identificam o patamar de observação ou observatório social o qual se posiciona. A nacionalidade, geração, religião, cultura, sexo, etc. são fatores que determinam, para além das classes, o mirante e as lentes usadas para a observação, fazendo com que “o valor científico de uma pesquisa” varie “consideravelmente em função de variáveis múltiplas que são independentes com relação às classes sociais” (Ibid., p. 216).

Assim, preferimos a busca da verdade científica enquanto “o ponto de vista potencialmente mais crítico e mais subversivo”, próprio da “última classe revolucionária, o proletariado” (Ibid., p. 217). Apesar deste ponto de vista, o do proletariado, não ser em si uma garantia da obtenção da verdade científica e social, concordamos que seja a de “maior possibilidade objetiva de acesso à verdade”. A burguesia tem “necessidade de mentiras e ilusões para manter seu poder”, enquanto “o proletariado tem necessidade de verdade...” (Ibid., p. 218).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor & HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006. 223 p.

ANDERSON, Perry. *A crise da crise do marxismo: introdução a um debate contemporâneo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

_____. *Apuntes sobre la conjuntura*. Instituto Argentino para el desarrollo economico. Publicado em 28 de março de 2008. Disponível em New Left Review: www.lahaine.org. Acesso em 8/1/2009.

BARRETO, Lucas Hayne Dantas. *Terceiro setor: uma análise comparativa das organizações sociais e organizações da sociedade civil de interesse público*. Jus Navigandi, Teresina, a. 9, n. 779, 21 ago. 2005. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7165>>. Acesso em: 13 set. 2005.

BRASIL. Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998. “Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências”.

BRASIL. Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999. “Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público” (OSCIPs).

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Estudos e Pesquisas. Informação Econômica número 4. *As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil (FASFIL): 2002*. IBGE, Rio de Janeiro, 2004. 148 p. Estudos e pesquisas. Informações econômicas, ISSN 1679-480x; n. 4. ISBN 85-240-3774-1. Disponível em [http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/destaque/FASFIL_Ago2008.ppt#256,1,Mapeamento das Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos - FASFIL \(2005\)](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/destaque/FASFIL_Ago2008.ppt#256,1,Mapeamento%20das%20Fundacoes%20Privadas%20e%20Associa%C3%A7%C3%B5es%20Sem%20Fins%20Lucrativos%20-%20FASFIL%20(2005))>. Acesso em 5/05/2010.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *A Crise do Estado: ensaios sobre a economia brasileira*. São Paulo, Nobel, 1992, p.15-16. 195 p.

_____. *Novo-desenvolvimentismo e ortodoxia convencional*, p. 55-93. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos (Org.). *Nação, Câmbio e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2008, 1ª edição. 310 p.

_____. GRAU, Nuria Cunnil. *Entre o estado e o mercado: o público não-estatal*. In: BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; GRAU, Nuria Cunnil (orgs.). *O Público não-estatal na reforma do estado*. São Paulo. FGV, 1999.

COSTIN, Claudia. *Novos paradigmas de gestão*, p. 235-251. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos (Org.). *Nação, Câmbio e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2008, 1ª edição. 310 p.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GADOTTI, M. *Concepção Dialética da Educação. Um Estudo Introdutório*. Cortez: SP, 2000.

_____. Convocados uma vez mais. Ruptura, continuidade e desafios do PDE. Instituto Paulo Freire: 2008. 136 p.

_____. Convocados uma vez mais. Ruptura, continuidade e desafios do PDE. Instituto Paulo Freire: 2008. 136 p.

GLOBO.com. G1, 07/11/2008. Secretária Cláudia Costin confirma o fim da aprovação automática no Rio. Disponível em <<http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL853751-5606,00.html>>. Acesso em 29/09/2011.

GODOY, Maria Helena de Pádua e MURICI, Izabela Lanna. Gestão Integrada da Escola (GIDE). 2011. Todos os direitos reservados ao INDG.

HADDAD, S. (Org.), & BEBBINGTON, A; OLIVEIRA, F.; SCHERER-WARREN, I.; LANDIM, L.; WANDERKLEY, L. E. W. ONGs e Universidades: desafios para a cooperação na América Latina. São Paulo: ABONG; Editora Fundação Petrópolis, 2002.

HERCULANO, Mônica. Setor sem fins lucrativos brasileiro cresce mais em número de entidades do que de trabalhadores. Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), 2004. Disponível em <http://www.gife.org.br/redegifeonline_noticias.php?codigo=6478&tamanhodetela=3&tipo=ie>. Acesso em 12/04/09.

KRUPPA, Sonia M. Portella. Sociologia da Educação. São Paulo: Cortez Editora, 1992. 157 p.

LÖWY, Michael. As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. Traduzido por Juarez Guimarães e Suzanne Felicie Léwy. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2000. 220 p.

MARCUSE, Herbert. Razão e Revolução. Hegel e o Advento da Teoria Social. 5ª ed. São Paulo, SP: Editora Paz e Terra S/A, 2004. 379 p.

MÉSZÁROS, István. A Educação Para Além do Capital. São Paulo, SP: Boitempo Editorial, 2005. 77 p.

MONTAÑO, Carlos. Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2005. 288 p.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. A Sociedade Civil Como Espaço Estratégico de Difusão da Nova Pedagogia da Hegemonia, p. 85-125. In, NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo, Editora Xama, 2005. 312 p.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Manifesto. Aprovado pelo Movimento Pró-PT, em 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion (SP), e publicado no Diário Oficial da União de 21 de outubro de 1980. Disponível em <http://www.pt.org.br/portalpt/images/stories/arquivos/manifesto.pdf>. Acesso em 21/2/2009.

_____. O Socialismo Petista. O Socialismo Petista é parte da resolução aprovada no 7º Encontro Nacional, ocorrido entre 31 de maio e 3 junho de 1990, no Palácio de Convenções do Anhembi, em São Paulo, e reafirmado no 2º Congresso, realizado em Belo Horizonte, entre 24 e 28 de novembro de 1999. Disponível em <<http://www.pt.org.br/portalpt/images/stories/arquivos/osocialismopetista.pdf>>. Acesso em 21/2/2009.

PEREIRA, Rodrigo Mendes. Terceiro setor: identificando suas organizações e propondo um novo conceito. Academia Brasileira de Direito, 2006. Disponível em <http://www.abdir.com.br/doutrina/ver.asp?art_id=&categoria=Terceiro Setor>. Acesso em 14 de novembro de 2011.

RIO DE JANEIRO. LEI Nº 5026, DE 19 DE MAIO DE 2009. Dispõe sobre a qualificação de entidades como Organizações Sociais e dá outras providências.

SAVIANI, D. Escola e Democracia. Autores Associados, SP: 2008.

SIQUEIRA, A. As más lições da experiência: as reformas da educação superior no Chile e na China e suas semelhanças com o caso brasileiro. In NEVES, L. M. W. (Org.) et all; Reforma universitária do governo Lula: reflexões para o debate; São Paulo: Xamã, 2004. p. 111-146.

TAFFAREL, Celi Zulke. Os movimentos sociais, as organizações não-governamentais e a educação. In: Universidade e Sociedade, nº 31, 2003: p. 107-119.

WOOD, Ellen Meiksins. Democracia contra o capitalismo: a renovação do materialismo histórico. SP: Ed. Boitempo, 2003.